

Dos manuais que fazem raça: técnicas e enunciados sobre purezas zootécnicas

Natacha Simeí Leal¹

Professora Adjunta da Universidade Federal do Vale do São Francisco

natachaleal@gmail.com

Resumo

Este artigo descreve processos de “raceamento” de bovinos mediante a comparação entre manuais e outros documentos zootécnicos. A partir de pesquisas realizadas em duas tradicionais zonas pecuárias brasileiras – a rica e altamente tecnificada pecuária de Zebus de elite do Centro-Oeste e os recentes investimentos na seleção e preservação do gado Pé-Duro piauiense – a proposta é analisar como esses manuais descrevem técnicas e artefatos considerados imprescindíveis para o “melhoramento” animal, ao mesmo tempo que trazem implícitos enunciados políticos relacionados com uma retórica nacionalista igualmente fundamental para a produção da pureza e da raça de bovinos. Ademais, a partir da comparação entre a produção da raça dos Zebus e a raça dos Pés-Duros, o artigo pretende demonstrar como tecnologias de “raceamento” semelhantes podem vir a produzir distintos saberes em torno das ideias de genética, ambiente, nação e mesmo sobre a história e a centralidade da pecuária e do agronegócio na economia brasileira.

Palavras-Chave: Agronegócio; Manuais; Pecuária; Raça; Zootecnia.

Abstract

This article describes the breeding processes of the Brazilian cattle by comparing zootechanical handbooks and other documents. Based on research in two traditional Brazilian cattle ranches – the rich, high-tech and consolidated elite Zebus livestock from the the

1 Este artigo apresenta desdobramentos de minha pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar e financiada pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo 16/00147 0). Assim, este artigo vincula aspectos desta pesquisa, “Seleção e Raceamento do Gado Pé-Duro: Naturezas e culturas, raças e misturas”, com questões já publicadas e desenvolvidas em meu doutorado, “Nome aos bois. Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite” (Leal 2014).

Brazilian Midwest and some recent investments in selection and safeguarding of the *Pé-Duro* cattle –, the proposal of this article is to analyze how these handbooks describes techniques and artifacts which are considered essential for the animal “breeding” and, at the same time, produce political statements related to a nationalist rhetoric equally essential for the purity of cattle breeding. In addition, based on a comparison between the production of the Zebu breed and the *Pé-Duro* cattle, this paper intends to demonstrate how similar breeding technologies can produce different knowledge around the concepts of genetics, environment, Nation and even about the history and the centrality of livestock and Agribusiness in the Brazilian economy.

Key-Words: Agribusiness; Handbooks; Livestock; Breed; Zootechny.

[...] nosso sertão, por exemplo, inteirinho, continua uma incógnita sedutora para a Zootecnia. E o sertão, deixai-me dizê-lo, é só pecuária. Seu povoamento se fez com os currais. O gado, tangido pelo vaqueiro, invadia os campos virgens, e o homem construía a casa e o curral tomando conta da terra. (Domingues 1942: 98)

O angustiante é, porém, verificar-se como o cruzamento das raças e de espécies ganha terreno. Só o zebu é uma ameaça, ameaça séria de acabar definitivamente com nossas etnias sertanejas, de bovinos, só hoje encontradas em grau de mais pureza, ou menos impureza (em relação ao *Bos indicus*) no alto sertão do Piauí. (Domingues 1942:102)

Foi na década de 1940 que o zootecnista Octávio Domingues (1942) produziu esses enunciados na publicação “Síntese de um Plano de Estudos Zootécnicos no Nordeste”. A pecuária bovina já não era mais aquela atividade econômica subsidiária da cana-de-açúcar utilizada para a ocupação dos sertões, tal qual teria sido durante a Colônia segundo zootecnistas e alguns autores do pensamento social brasileiro (Abreu 1907; Furtado 1959; Prado Jr. 1941). O país, desde a virada do século XIX para o XX, já contava com uma série de escolas e políticas agrícolas (Medrado 2013) e o gado Zebu – de origem indiana com cupins preponderantes, de raças como Gir, Nelore e Guzerá – importado, selecionado e melhorado por criadores do Triângulo Mineiro não apenas era utilizado para abastecer frigoríficos ingleses e norte-americanos que se instalavam no Brasil, como se adaptava e avançava por todas as regiões do país, inclusive pelo Nordeste.

Considerado o patrono da Zootecnia Tropical – uma ciência aplicada, que “explora, estuda e aperfeiçoa os meios de promover a adaptação do animal doméstico ao ambiente do criatório” (Domingues 1929, apud Ferreira 2012: 9) –, Domingues estava atento à possibilidade de extinção do gado Pé-Duro do sertão nordestino, o que de fato veio

quase a acontecer algumas décadas depois. Esses rebanhos *crioulos*², fundamentalmente *mestiços*, teriam sido desenvolvidos nos 'currais de dentro' ainda durante a colonização por acasalamentos não-direcionados entre tipos da Península Ibérica (da subespécie *Bos taurus ibericus*, de raças como Mirandesa e Barrosã) que chegaram ao Brasil pelas mãos dos portugueses. Ao adentrarem pelas margens do Rio São Francisco e, paulatinamente, serem *naturalizados* às condições adversas da seca e das pastagens sertanejas, naquela década de 40, começavam a ser *azebuados* em mais de um sentido.

Acasalados com reprodutores Zebus (da subespécie *Bos taurus indicus*) que começavam a chegar ao Nordeste naquela década de 40 pelas mãos de tropeiros de Goiás e do Triângulo Mineiro, ou mesmo com espécimes zebuínos adquiridos pelas prefeituras de pequenos e grandes municípios que os emprestavam aos fazendeiros locais, os rebanhos nordestinos, até então miúdos, ficavam mais pesados, mais altos, claros, com cupins e barbelas preponderantes. Com todas aquelas características que definiam, e seguem definindo, o fenótipo dos zebus.

Da perspectiva exclusivamente reprodutiva, esse processo de *azebuamento* era relativamente simples. Os touros pés-duros deixavam de ser utilizados como reprodutores (eram encaminhados para abatedouros ou mesmo exterminados). Acasalavam-se, então, as fêmeas Pés-Duros com touros Zebus gerando, assim, uma progênie mais robusta. De outro ponto de vista, político em mais de um sentido, o *azebuamento* dos rebanhos nordestinos era consonante com as demandas da então nascente (e modernizada) indústria mundial de carnes congeladas.

No início do século XX elites intelectuais e ganadeiras brasileiras do sul, sudeste e centro-oeste disputavam que tipo de gado seria o mais adequado para abastecer as demandas europeias por carne bovina. Pecuaristas e mascates do Triângulo Mineiro entraram nessa disputa. Desde a virada do século XIX para o XX, *triangulinos* já importavam bovinos indianos adaptados ao clima quente e seco do Brasil Central com vistas a abastecer o primeiro frigorífico brasileiro, de capital inglês, instalado na cidade de Barretos (SP). Foi nas décadas seguintes, no entanto, com a publicação de livros de registro genealógico desses espécimes importados, a organização de associações de criadores especializados nas raças zebuínas, mas, sobretudo, pela consonância dos anseios das elites pecuárias desta região de Minas Gerais com políticas estatais, especialmente do Governo Vargas, que a seleção do gado Zebu para a indústria da carne veio a se tornar um modelo bem-sucedido para a *pecuária dos trópicos*.

2 As categorias nativas nesse artigo serão trazidas em itálico, bem como os termos em língua estrangeira. As categorias analíticas aparecerão em aspas simples.

O fato é que essa combinação de agentes, iniciativas, projetos e contingências econômicas não só tornou o Brasil, a partir da década de oitenta do século XX, o maior exportador de proteína animal do mundo, mas fez de mais de 80% dos rebanhos nacionais Zebus ou *azebuados*. E muito em razão dos selecionadores destes tipos, os *zebuzeiros*, seguirem à risca os enunciados da Zootecnia Tropical, um subcampo da Zootecnia Geral que o próprio Octávio Domingues veio a consolidar.

Apesar das indubitáveis qualidades do Zebu, que Domingues inclusive ajudou a produzir a partir da publicação de uma série de manuais e documentos zootécnicos ao longo de toda a primeira metade do século XX, o zootecnista antevia já naquele início da década de 40 que o *azebuamento* dos rebanhos talvez não fosse a melhor solução para a então pouco tecnificada pecuária nordestina. Primeiramente em razão da qualidade dos reprodutores Zebus que chegavam aos sertões: segundo o zootecnista eram o *refugo* dos rebanhos zebuínos *puro-sangue* de propriedade das elites ganadeiras do Sudeste e do Centro-Oeste. E, portanto, inaptos a transmitir, de fato, um padrão racial adequado.

Depois, porque Domingues entendia que a solução para modernizar a pecuária nordestina – em razão do clima, da qualidade das pastagens, da contingência de chuvas – estava no pequeno e rústico gado sertanejo. Este deveria ser estudado, do ponto de vista *étnico*, para tornar-se, de fato, uma raça zootécnica a partir do uso de fórmulas de melhoramento – como identificação e caracterização de espécimes, tecnologias de acasalamento e cruzamento, genealogias – que só muito recentemente, em razão de uma série de outras disputas e contingências, viabilizaram-se como um projeto para melhorar os Pés-Duros para a indústria da carne. Projeto esse que, não obstante, fundamentou-se, entre outros argumentos, na defesa da necessidade de *desazebuamento* dos rebanhos sertanejos.

Mediante a análise do legado de Octávio Domingues e a comparação entre manuais e outros documentos zootécnicos nacionais que ajudaram a produzir parte dos enunciados da chamada Zootecnia Brasileira, Tropical, este artigo anseia descrever o processo de *azebuamento*, e mais recentemente, de *desazebuamento*, dos rebanhos bovinos brasileiros. A partir de pesquisas que venho realizando, de um lado, com criadores do centro-oeste brasileiro entusiastas do gado zebu (Leal 2014) e, de outro, com criadores que recentemente vêm investindo no gado Pé-Duro do sertão do Piauí e, considerando os enunciados produzidos por manuais, folhetos e outros documentos técnicos, os quais desde o início do século XX vêm sendo financiados por secretarias de Estado, empresas de pesquisa agropecuária e associações de criadores, o artigo pretende demonstrar como todos esses papéis aliados à técnicas de manejo, tal como acasalamentos e seleções dirigidas, controle alimentar, registros genealógicos e saberes da genética, produzem raça.

A partir dos enunciados implícitos nos documentos técnicos que descrevem a produção da raça dos Zebus e dos Pés-Duros, o artigo busca demonstrar como tecnologias de melhoramento semelhantes produzem distintas atualizações e saberes sobre as ideias de ambiente, mestiçagem, nação, tradição e mesmo sobre a história e a centralidade da pecuária e do Agronegócio na economia e na política brasileira. Para tanto, a Zootecnia será tratada neste artigo para além de uma concepção meramente científica. Será apresentada, por meio dos documentos que produz, como um saber que, ao conjugar tanto os enunciados e ações de cientistas quanto os de criadores e agentes de Estado, opera com a economia, com a genética, com o meio-ambiente, com a tradição ou, nos termos de Latour (2003), com “naturezas-culturas”, que, no caso brasileiro, relacionam homens e bois em uma política, incessantemente atualizada em papéis, tendo em vista um projeto de Estado-Nação.

Os zebus e os zebuzeiros

Para os que avistam os campos e pastagens brasileiras contemporâneas repletas de zebuínos da raça Nelore, e que acompanham, mesmo de longe, a influência política e econômica da elite do Agronegócio, os preços milionários pelos quais esses espécimes são comercializados em leilões, os números vultosos de exportação de carne dos frigoríficos brasileiros, ou mesmo o pujante comércio de sêmen e embriões de zebuínos por laboratórios e centrais de inseminação artificial³, fica difícil imaginar que estes bovinos importados da Índia ao Brasil foram considerados por algumas décadas *indômitos* e *fétidos* e, portanto, inaptos a abastecerem as demandas da então nascente indústria de carnes congeladas.

Por essa razão, é quase um consenso em manuais de zootecnia, mas também em biografias, diários e livros comemorativos de criatórios, que as primeiras importações de gado zebu ao Brasil teriam sido realizadas em razão da *audácia* de pecuaristas e mascates de gado do Triângulo Mineiro. Por *visionários* de uma região que desde pelo menos o século XVIII já se destacava como um entreposto comercial de gado e teria permitido desenvolver entre alguns fazendeiros e tropeiros uma *expertise* pecuária que os facilitou antever as qualidades zootécnicas do *exótico* gado indiano.

3 Desde a década de 30 do século XX, inseminações artificiais de bovinos são realizadas no Brasil. O país, atualmente, é responsável por 50% das fertilizações *in vitro* realizados em bovinos no mundo e vem se destacando em procedimentos de clonagens. Para maiores informações sobre o uso de tecnologias reprodutivas na pecuária bovina brasileira ver minha tese de doutorado, “Nome aos bois. Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite” (Leal 2014).

Não ocasionalmente, no fim da década de 50, quando as políticas de *raceamento* dos zebus já eram consolidadas e estes espécimes se espalhavam por todas as regiões do país, inclusive pelo Piauí, o zootecnista André Weiss (1956), na introdução do manual zootécnico “Os Grandes Reprodutores Indianos”, presta uma homenagem aos *pioneiros* do gado zebu:

[...] era preciso que se contasse a história do zebu no Brasil, rendendo merecida homenagem aos seus pioneiros, em sua maior parte já desaparecidos, mas alguns ainda labutando em favor do tipo de bovino que representa a base da pecuária de grande porte do Brasil. Merecem, também, nosso reconhecimento os abnegados mineiros que na primeira metade do século atual seguiram para a Índia distante, a fim de trazer os reprodutores destinados ao levantamento do rebanho do Brasil Central, de todo o Norte, e até de áreas sulinas. (Weiss 1956: sp)

Sobre o estímulo a tais expedições à Índia, no entanto, vale uma observação. Naquela mesma virada do século XIX para o XX em que o mascate de gado uberabense Teófilo de Godoy realiza a primeira viagem ao território indiano e dá início a um ciclo pioneiro de importações de gado zebu ao Brasil (Leal 2014; Medrado 2013), chegavam ao país várias levas de imigrantes. Se no alvorecer da República, criadores *triangulinos* iniciavam o projeto de *azebuamento* dos plantéis brasileiros, o Estado – antes monárquico e depois republicano – apostava no branqueamento da população brasileira.

Muita tinta correu sobre a tese do branqueamento da população brasileira (Benzaquen 1993; Skidmore 2003; Seyferd 2002; Schwarz 1993), e pouco, ou quase nada, pelo menos do ponto de vista antropológico, sobre o *azebuamento* dos rebanhos bovinos. Estas apostas, contemporâneas, de algum modo, faziam parte de um mesmo propósito. A convergência mais óbvia destes projetos está em compartilharem um certo discurso eugênico: tanto na seleção de imigrantes quanto na de bovinos havia a intencionalidade de se produzir populações mais adequadas a viverem em território nacional. Se antropólogos físicos, juristas e médicos sanitaristas defendiam a maior probabilidade de *abrasilamento* dos latinos (Lacerda 1912; Seyferd 2002), assim pensavam criadores e estudiosos da pecuária ao apostarem na importação de gado indiano ao Brasil.

Neste paralelo entre homens e bois, no entanto, vale uma ressalva. As teorias racialistas da virada do século XIX para o XX desenvolvidas no Brasil pressupunham a superioridade da raça branca. No projeto de branqueamento da população defendida pelas

elites intelectuais brasileiras, havia um argumento étnico: cada raça teria um tempo de evolução, mas todas elas avançariam na mesma direção dos europeus. Em virtude disso, o caráter miscigenado do Brasil poderia ser atenuado com a imigração europeia. Havia uma intencionalidade de construir no futuro uma nação mais homogênea, pelo menos do ponto de vista racial.

E aí está a principal divergência entre as ideias de branqueamento e *azebuamento*. Ainda que algumas raças zebuínas, como Nelore e Indubrasil, tenham a pelagem branca e, portanto, por acasalamentos dirigidos tornassem os rebanhos nacionais cada vez mais claros, os Zebus, da subespécie *Bos taurus indicus*, são classificados em oposição aos bovinos europeus, *Bos taurus taurus*. Para lembrar um exemplo fundamental, no clássico de Charles Darwin ([1859] 2002), “A Origem das Espécies”, há menção da diferença entre estes tipos. Em uma nota de rodapé do primeiro capítulo do livro, o naturalista aponta para o fato de que a dessemelhança entre essas subespécies era tamanha – na voz, nos hábitos, mas principalmente em relação aos cupins e barbelas protuberantes dos Zebus – que o levou a pensar que descenderiam de ancestrais distintos.

O modelo de zootecnia proposto para o Brasil antes da consolidação do gado Zebu, portanto, era europeu em mais de um sentido. E não exclusivamente porque teriam sido criadores ingleses, ainda no século XVIII, que desenvolveram as tecnologias que até hoje fundamentam a produção de raças zootécnicas, seja dos rebanhos Zebus ou dos Pés-Duros: o *inbreeding* (uso de um mesmo reprodutor em acasalamentos com suas descendentes diretas, filhas, netas e bisnetas a fim de conservar e transmitir *o sangue* ao longo das gerações) e a organização de livros de registro genealógico, os Pedigrees. Ou mesmo porque o conceito de zootecnia moderna teria sido desenvolvido na França, naquele mesmo século XVIII, a partir da tese de Baudement no Instituto Agrônomo de Versailles, baseado no princípio de entender animais domésticos como máquinas vivas, valorizadoras e transformadoras dos alimentos (Ferreira 2012). Mas, sobretudo, pela defesa em manuais e outros documentos zootécnicos daquele período de alguns tipos de bovinos em especial considerados aptos a modernizarem a pecuária brasileira: todos eles de raças europeias. Os zebus (*Bos taurus indicus*) poderiam até ser brancos mas, por princípio e classificação, eram espécies não-europeias.

No primeiro manual zootécnico brasileiro escrito por Eduardo Cotrim em 1913, por exemplo, esse argumento estava mais que explícito. Tanto nas descrições de padrões fenotípicos e aptidões zootécnicas de dezenas de raças bovinas da subespécie *Bos taurus taurus* que ele traz na quarta parte de seu livro, mas, sobretudo, no argumento desenvolvido para justificar sua escolha por tais tipos:

Só nos fins do século XIX se começou a importação dos zebus indianos que hoje avassalaram os campos brasileiros, até que a dolorosa experiência de algum tempo mais, venha provar aos nossos criadores que se fanatisaram por esse ídolo hindu, há muitos séculos existente na Índia e sempre incapaz de melhoramento, quão prejudicial foi, para a criação brasileira, a sua importação. (Cotrim 1913: 135)

E Cotrim prossegue:

Aqui não vamos considerar senão as raças ou grupos de animais descendentes do *Bos taurus*, que é o boi doméstico da civilização ocidental a que pertencemos por origem, por índole e por costumes. (Cotrim 1913: 135)

Eduardo Cotrim (1913) quer instruir e formar criadores modernos, e por isso o elogio em seu manual aos tipos europeus, tais como Durhams, Angus, Herefords, Polled-Angus, Welshs, Holandeses, Ayrshires. Se o Brasil, conforme afirma Cotrim, era uma civilização ocidental desde a origem, deveria, portanto, utilizar-se de tecnologias zootécnicas europeias – os cercamentos, pastagens, confinamentos e as etapas de cria e engorda de rebanhos descritas minuciosamente pelo zootecnista em seu livro –, bem como investir na seleção de animais igualmente europeus. E os Zebus, animais do oriente, iam na contra-mão desse propósito.

Ao compor a história da pecuária no sertão mineiro, o sociólogo Ricardo Ferreira Ribeiro (2012) analisa as disputas entre as elites ganadeiras nacionais empreendidas na I Conferência da Sociedade Nacional de Agricultura, realizada em 1916. Descreve como os entusiastas das raças indianas, ao defendê-las, diziam que elas foram injustamente comparadas com caboclos e negros. Se fossem europeias, segundo estes criadores e estudiosos, não haveria qualquer resistência quanto à sua seleção.

O zebu é entre os gados o que o pobre negro foi entre os homens: pau pra toda obra [...] vai na frente, embrenha-se no macegal, na catinga, nos capões, nos mattos, nas florestas, perde-se nos banhados, nos brejos, nos desvãos e reaparece adiante forte, sadio, alegre, sem uma diminuição (Ubatuba 1916: 41, apud Ribeiro 2012: 9)

Naquele início de século, as doutrinas raciais europeias certamente influenciaram a nascente Zootecnia nacional. Contudo, a comparação literal de zebus com negros e caboclos é um pouco controversa. A subespécie *Bos taurus indicus*, segundo a literatura zootécnica, até teria se espalhado pela África. Mas foi a Índia o destino dos criadores do Triângulo Mineiro, era de lá que chegaram os primeiros animais importados. Os Zebus, de algum modo, tinham distinção antes de chegar ao Brasil. Provinham da Índia, um território de castas e marajás, mas que também recebia influências do império inglês. Já tinham alguma nobreza antes de chegar ao país, tanto porque eram considerados animais sagrados – e em boa medida, por isso Cotrim acusou os criadores de gado do Triângulo Mineiro de estarem encantados por um ídolo hindu – quanto porque estavam em vias de serem melhorados pelos investimentos zootécnicos de fazendas experimentais britânicas ali instaladas desde a ascensão da indústria frigorífica mundial, das quais, não obstante, alguns brasileiros adquiriam reses importadas.

A influência dessas ações imperiais britânicas na Índia entre os criadores *triangulinos* evidencia-se, não casualmente, por um documento zootécnico. Circulou entre criadores da Uberaba da década de 30 um artigo de um funcionário do exército inglês com experiência na seleção de gado zebu na Índia e Egito, Arthur Olver (1938). No texto, “*A Brief Survey of some importante breeds of cattle in India*”, Olver descreve características morfológicas, adaptativas e a distribuição geográfica de rebanhos indianos, separando-os em grupos étnicos, as raças Gir, Nelore e Guzerá. Tal classificação racial pioneira sobre os zebus na Índia desenvolvida por Olver, bem como as tecnologias de observação e melhoramento destes bovinos, foi seguida à risca por selecionadores do Triângulo Mineiro.

De certo ponto de vista, houve uma tentativa de colonizadores britânicos, como Olver, em desenvolver na Índia a união entre a ciência europeia e a *natureza tropical*, que, não obstante, veio a se consolidar no Brasil. Tanto porque esses tipos importados foram capazes de se *naturalizar* ao clima brasileiro, bem como seu êxito econômico ser efeito do investimento não apenas de pecuaristas e zootecnistas, mas também de políticos e chefes de Estado, na consolidação de saberes agrários nacionais.

O propósito de desenvolver rebanhos bovinos compatíveis com as necessidades do Brasil estava anunciado no editorial da primeira edição da Revista *O Zebu*, publicada no ano de 1939. Financiada pela Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM), uma associação de classe que congregava pecuaristas especializados na seleção de tipos indianos, a revista foi lançada, não casualmente, um ano após da publicação do primeiro livro de registro genealógico desta associação.

Desejamos conclamar todos os interessados na racionalização dos processos de criação das boas raças de origem indiana, aquelas que os criadores brasileiros elegeram como capazes de corresponder as exigências ecológicas do Brasil tropical e sub-tropical, bem como as finalidades econômicas a que se destinam, a nos ajudarem com seu indispensável concurso – a fé nos próprios cometimentos e na capacidade superior de Técnica Brasileira, manejada pelos brasileiros, na suprema demonstração da nossa capacidade de realizar a progredir. Eis que temos conquistado a primeira e mais difícil escalada – aquela em que em mais de um século porfiamos em demonstrar a governantes e governadores que “sairia” vencedora a doutrina econômica nascida do imperativo da própria Natureza Brasileira e não de doutrinas alienígenas, servilmente copiada de outros países e de outros povos... É essa nossa mentalidade, reformada de métodos e sistemas adaptáveis ao nosso meio, em todos os ramos de nossas atividades humanas e a qual nos honramos de pertencer, renovação advinda da melhor maneira de sentir as nossas necessidades pelos que estão ajudando a criar um Brasil Novo, que fazem um veemente apelo no sentido de prestigiar a nossa causa, que é a própria causa de todos os criadores e técnicos de boa vontade”. (Sociedade Rural do Triângulo Mineiro: 1939, sp)

O projeto da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro estava fundamentado nas *Tecnologias* e *Natureza* brasileiras, conforme afirmava o editorial da revista. Os Zebus, segundo esta associação de classe, não só foram capazes de se *naturalizar* ao clima tropical, como eram uma invenção de pecuaristas do oeste brasileiro cujos propósitos estavam afinados com uma causa política nacional.

Ao escrever a “Marcha para o Oeste”, obra que inspira o projeto homônimo de Vargas (Bittar 1999), Cassiano Ricardo (1942) valoriza a figura do bandeirante por sua capacidade de promover, ao avançar pelos sertões brasileiros, a convergência de um Brasil civilizado do litoral com um Brasil nativo dos sertões (Pereira 1997). Era disso que tratava o nacionalismo do Estado Novo, um projeto de consolidação de uma nação concomitantemente integrada e purificada, que se afastava de doutrinas alienígenas e aliava raça e sertão.

Criadores *triangulinos*, através da seleção do gado Zebu, conseguiram promover esta aliança. O elogio ao bandeirantismo brasileiro enquanto um modelo de democracia para o Estado Novo (Esterci 2013), inclusive, expressou-se em um manual de zootecnia publicado na década de 40. Oswaldo Affonso Borges (1946), em “O Zebu do Brasil - Como conhecê-lo, melhorá-lo, como empregá-lo”, sugere que o gado indiano era o próprio ban-

deirante brasileiro, o único tipo bovino capaz de desbravar o sertão e torná-lo habitável:

As qualidades do zebu são, pois, altamente apreciáveis e justificam perfeitamente seu prestígio entre nós. Já houve quem disse que o Ford e o zebu foram os maiores bandeirantes do Brasil, os únicos que realmente desbravaram o sertão e o tornaram habitável. (Borges 1946: 130)

Durante o Estado Novo havia um incentivo para a migração interna. A expansão demográfica teria que ser realizada dentro do próprio território e se isso coube aos homens, também coube aos bois, como bem mostra o trecho acima. Vale mencionar que Getúlio Vargas é sempre evocado em manuais de zootecnia como um entusiasta do gado Zebu. Além de ter inaugurado em Uberaba uma fazenda-experimental e o parque de exposições da cidade na década de 40, foi um incentivador do tipo Indubrasil. Uma invenção nacional, *mestiça*, desenvolvida por criadores do Triângulo Mineiro pelo acasalamento entre tipos indianos importados ao Brasil (Girs, Nelores e Guzerás) e que, por todos esses atributos, era considerada *tipicamente brasileira*.

Dos esforços dos criadores mais esclarecidos, que procuravam impor mais músculos ao Zebu, resultou com o tempo o aparecimento de um bovino mais pesado, de maior rendimento de carne, não tão alto de pernas, de tronco mais curto, largo e protegido de boa massa muscular que deram o nome de Indubrasil – producto do cruzamento das raças indianas Nellore, Gyr e Guzerat, numa mistura cujo grão de sangue dificilmente se pode imaginar. Desde a impossibilidade de caracterização de parcela de sangue de cada raça nesse cruzamento, o bovino de acasalamento entre raças indianas é considerado pelos criadores como Indubrasil [...] Em geral, desde que seja um zebu puro-sangue, isto é, originário do cruzamento de raças indianas entre si, toda a produção de bezerros é vendida por um bom preço. (Menezes 1937: 8 -15)

Tal qual afirmou o zootecnista do Ministério da Agricultura Durval de Menezes durante uma conferência na Terceira Exposição de Agropecuária de Uberaba no ano de 1937, o tipo *mestiço* não deixava de ser nobre. Se não tinha a pureza de um Nelore, de um Gir ou de um Guzerá, por exemplo, era por excelência um *puro-sangue* Zebu, já que compunha em seu corpo a mistura de vários *sangues*. Segundo Octávio Domingues (1939) a raça Indubrasil, através desta mistura, vencia dois obstáculos: a contingência da espécie – que envolvia um processo de multiplicação demorado – e a instauração de um padrão

racial brasileiro. Outro estudioso de raças zebuínas, Alexandre Barbosa da Silva (1947), em seu livro “O Zebu na Índia e no Brasil”, lembra que o governo, durante muitos anos, não prestou a atenção devida às vantagens do Zebu, mas com a invenção do Indubrasil, a publicação dos primeiros livros de registro genealógico e a comprovação de que esse tipo se adaptava na zona intertropical, o valor dos espécimes zebuínos como o *esteio* da economia brasileira⁴ era inegável.

Talvez não seja em vão que Gilberto Freyre ([1947] 2011), um dos grandes intérpretes do Brasil, tenha qualificado o investimento de elites ganadeiras nacionais no gado Zebu, em “Novo Mundo nos Trópicos”, como um projeto pioneiro, moderno e, concomitantemente, original. Em uma das passagens da introdução dessa coletânea, onde aborda a mestiçagem, a adaptação, o domínio privado e a ‘tropicologia’, Freyre descreve como o trabalho de fazendeiros e pesquisadores, com a criação de um *puro-sangue* brasileiro a partir do acasalamento entre o gado indiano e o nacional, desenvolveu bovinos bastante adaptados ao clima e às verminoses tropicais:

Outro trabalho pioneiro de alto interesse, não só científico quanto prático, que vem sendo feito pelos brasileiros em benefício de seu país, e também do desenvolvimento da civilização moderna nos trópicos – outros países tropicais como a Venezuela, o Paraguai, a África portuguesa se têm beneficiado da experiência brasileira – é o novo tipo de gado especialmente adaptado aos trópicos que os brasileiros já obtiveram, graças ao cruzamento do zebu, importado da Índia, com animais descendentes daqueles que vieram de Portugal na época da Colônia. Quando os fazendeiros anglo-americanos começaram a ter interesse no Brasil, sob o ponto de vista das grandes indústrias frigoríficas dos Estados Unidos, julgaram que o nosso país necessitava introduzir em nossas pastagens o gado Hereford puro-sangue, que seria cruzado com o gado nativo ou “gado crioulo”. Mas de acordo com um observador britânico que esteve aqui na Primeira Grande Guerra, e estudou minuciosamente o problema – sr. J.O.P Bland – apesar dos resultados obtidos em fazendas experimentais com o gado importado justificar a experiência, brasileiros mais práticos argumentaram que o gado puro-sangue nativo renderia muito mais, dada a sua imunidade a insetos nocivos, peculiares ao clima tropical, o que não aconteceria com os animais importados e não adaptados ao clima, e que sucumbiriam

4 Todos esses manuais e documentos zootécnicos evidenciam uma intrínseca relação entre a produção da raça e do valor destes bovinos no Brasil, igualmente indissociáveis da consolidação de uma política agrária nacional que não foi devidamente explorada neste artigo. A este respeito, ver o capítulo 3 de minha tese de doutorado, “Do valor do gado de elite” (Leal 2014).

facilmente. E o observador britânico concordou com os brasileiros práticos nesse ponto: que o clima e os insetos no Brasil são fatores a serem considerados, tratando-se de problema que não poderia ser resolvido com a aplicação da experiência adquirida no Texas ou na Argentina” (Freyre 2011: 47).

Gilberto Freyre considerava os trópicos um *locus* de desequilíbrio, excessos e irregularidades. Segundo o autor, era o paraíso e o inferno. Desse modo, a tropicologia, com vistas a superar o suposto inacabamento do Brasil, combinava elementos exógenos da ciência europeia com a natureza tropical. E assim, segundo Freyre, fizeram-se criadores e estudiosos brasileiros.

É fato, no entanto, que rebanhos brasileiros se *azebuavam* desde o início do século. Mas é, sobretudo, sobre a seleção de um gado *puro-sangue* nacional que Freyre versa. Efeito tanto de uma adaptação aos trópicos, quanto de uma *expertise* de selecionadores e zootecnistas brasileiros. E a invenção de uma ciência zootécnica tropical foi consonante com a consolidação do gado Zebu no país. Em boa medida, porque o êxito do Zebu, como outras invenções nacionais, colocava em pauta um esforço de articulação de tradições, a tal síntese definitiva de ‘antagonismos em equilíbrio’ sobre a qual Freyre trata em sua obra por combinarem a mestiçagem, a adaptação e os trópicos.

O antropólogo, no entanto, não estava sozinho nessa avaliação do gado Zebu. Se para ele, a noção de raça era uma amálgama que mesclava biologia, clima e cultura (Benzaquen 1993), também o era para outros cientistas de seu tempo, como Octávio Domingues, que se debruçavam sobre a produção de raças bovinas nacionais. O argumento de boa parte dos zootecnistas deste período, e mesmo de alguns pesquisadores e criadores contemporâneos, é que em nenhum lugar do planeta os Zebus alcançaram tamanho melhoramento e adaptação. Segundo Octávio Domingues, o fundador da Zootecnia Tropical, a capacidade de *naturalização* destes tipos ao clima e aos sertões brasileiros, indissociável da *expertise* de seus selecionadores em antever essas qualidades, fez deles o *boi dos trópicos*.

A Zootecnia Tropical

Não parece ser coincidência que tenha sido precisamente em uma feira agropecuária da cidade de Uberaba, o celeiro dos *bois dos trópicos*, realizada no ano de 1951, que Octávio Domingues, o ‘patrono da zootecnia tropical’ (Ferreira 2012), tivesse proposto que pecuaristas e estudiosos organizassem a Sociedade Brasileira de Zootecnia (Peixoto

1991). Ainda não havia cursos de graduação em Zootecnia no Brasil naquele período, mas o Triângulo Mineiro, pelas atividades de criadores de gado zebu, estudiosos e agentes do Estado em fazendas-experimentais, já era o cenário de consolidação e invenção de saberes zootécnicos brasileiros.

Octávio Domingues cursou agronomia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) entre 1915 e 1917, tendo lecionado nesta mesma instituição dos anos 1925 a 1931. Sua tese de doutorado versava sobre o gado Caracu, um *mestiço* de bovinos europeus com espécimes nativos, como o título do trabalho aponta: “Uma escala de julgamento de reprodutores da raça Caracu” (Domingues 1931). Mas foi ainda antes, em um artigo de 1929, conforme afirma Ferreira (2012), que Octávio Domingues, definiu as diretrizes da Zootecnia Tropical:

[...] herdeiros da cultura latina, particularmente da cultura francesa, em ciência, nós importamos para aqui, inicialmente, as virtudes e também os defeitos da Zootecnia criada por Baudement e levada ao apogeu por Cornevin. Daí o embaraço em que ainda nos debatemos em considerar uma “Zootecnia Geral” de um lado, e uma “Zootecnia Especial”, do outro, como faziam. No caso do Brasil houve um fator, que nos outros casos não teve tanto efeito. Foi o fator clima, que influiu, notadamente, a prática da criação. E não só influencia decisivamente, na prática teórica, porque essa nasceu por transplantação, com a importação de livros e professores europeus, ou melhor, franceses, de cultura francesa. É inegável, todavia, a necessidade de submetermos, nós teóricos, a imposição do meio, a ponto de precisarmos reformar a Zootecnia na sua própria definição. Como conhecemos a definição que, a propósito cheguei a formular, baseando-se no fenômeno da adaptação. Por que? Nada mais fácil de responder. Porque a adaptação do animal doméstico ao meio ambiente, e ainda, a adaptação desse meio no próprio animal, constitui a essência de todo o trabalho do criador. Criar animais numa região tropical é um esforço que gira em torno da adaptação: adaptação do gado ao ambiente do criatório, adaptação do meio ao animal que deve ser explorado. Então é lícito ao Zootecnista brasileiro definir a Zootecnia de modo diferente do que vem sendo feito pelos Zootecnistas de outro hemisfério, onde o fenômeno da adaptação deixou de existir, como um problema a existir, como um problema a resolver, ou não se apresenta com o relevo que deparamos entre nós. Para o Zootecnista brasileiro, ela não é apenas a “ciência da produção e da exploração das máquinas vivas”. Porque para realizar essa tarefa, nas regiões como o Brasil, a adaptação vai ser o trabalho primordial e básico, anterior a todos os outros. Daí impor-se uma nova definição

para a Zootecnia dos trópicos, e que podemos enunciar nos seguintes termos: “É a ciência aplicada que estuda e aperfeiçoa os meios de promover a adaptação econômica do animal ao ambiente do criatório, e deste aquele” (Domingues 1929, apud Ferreira 2012: 8 -9)

Há uma clara diferença entre os ensinamentos de Cotrim (1913) e de Domingues (1929), presente neste enunciado fundador da Zootecnia Tropical. Se no primeiro manual zootécnico brasileiro o projeto era ‘branqueador’ e, portanto, deveria fundamentar práticas e saberes agropecuários em doutrinas europeias, o pressuposto de Octávio Domingues, com a Zootecnia Tropical, era consolidar uma ciência zootécnica nacional, brasileira. Boa parte das espécies domésticas, segundo o autor, teria chegado ao país pelas mãos dos colonizadores e, portanto, eram de zonas temperadas. Muito além de tratar “animais domésticos como máquinas vivas, valorizadoras e transformadoras dos alimentos” como teria proposto Baudement, criadores e zootecnistas brasileiros deveriam investir na adaptação dos animais ao ambiente do criatório.

Em uma edição resumida do manual “O gado indiano no Brasil”, Domingues (1966) traz o trecho do discurso que teria proferido em Uberaba na década de 50 ao afirmar que em zootecnia eram os práticos – criadores – quem abriam caminhos para os teóricos. As fazendas, deste modo, eram os maiores laboratórios dos zootecnistas. Seleccionadores como Bakewell, o inventor do *inbreeding* na Inglaterra, e os *zebuzeiros* no Brasil, teriam antecipado a consolidação da zootecnia enquanto Ciência.

Na zootecnia os práticos é que tem aberto as picadas para os teóricos. Bakewell e os demais criadores ingleses de seu tempo anteciparam-se a criação da própria Zootecnia que é obra do século XIX. É que o trabalho dos criadores, nas fases de renovação, constitui o melhor laboratório para o zootecnista. Os erros e os acertos dos criadores são o melhor material para o estabelecimento regras, dos princípios, das leis a serem formuladas pelo zootecnista, que ao generalizar está, então, fazendo Ciência [...] Por isto vos disse que, com vosso trabalho, os nossos técnicos escreverão um dos capítulos mais interessantes, e importantíssimo, da Zootecnia Brasileira. (Domingues 1966: sp)

Segundo o autor, no melhoramento dos animais no Brasil estava implicado o fator clima. Era preponderante para o rendimento zootécnico do gado, porque influenciava na qualidade das pastagens, na propensão à ocorrência de parasitas e verminoses e mesmo nas condições socioeconômicas e educacionais dos criadores na realização das seleções.

Domingues era um adepto do neolamarckismo (Stefano & e Neves 2007), o que explica sua defesa de que as condições físicas e geográficas eram determinantes para a consolidação tanto dos padrões raciais das reses, quanto dos padrões culturais dos selecionadores.

E daí sua defesa pelos bovinos de procedência indiana. Segundo o autor, os zebus eram tropicais desde a origem e por essa razão distintos em sua morfologia e fisiologia dos bovinos europeus. Os *Bos taurus taurus*, para Domingues, entravam em um processo de degeneração no Brasil porque o calor perturbava seu desenvolvimento e sua multiplicação. Os zebus, ao contrário dos taurinos, tinham alta tolerância às altas temperaturas. Seus cupins, semelhantes a corcovas, eram capazes de armazenar água. Seus pelos aderentes à pele e a abundância de secreção pelas glândulas sudoríparas os faziam resistir às verminoses e doenças. Sua alimentação no pasto era mais eficiente, na medida que conseguiam digerir melhor alimentos grosseiros e requeriam menos proteínas e calorias do que os bovinos europeus. Ademais, eram *pernudos*, altos, locomoviam-se bem nas estradas, campos e pastos, o que teria sido decisivo para o povoamento das fazendas brasileiras. Por tudo isso, apresentavam as melhores condições de reprodução nos trópicos quando comparados aos taurinos.

Domingues inspirou parte de sua análise nas Leis de Mendel e também por isso defendia a importância de criadores desenvolverem livros de registro genealógicos com vistas a organizar linhagens, famílias bovinas e assim notar quais espécimes tinham um *sangue mais prepotente*. O zootecnista argumentava, no entanto, que genealogias idênticas não produziam, exatamente, heranças genéticas idênticas. O autor defendia que a genética atuava no campo das *generalidades*, operando como uma estatística da variabilidade das populações, cuja contribuição era pouco efetiva. O melhoramento animal, objeto da zootecnia segundo Domingues, dependia em parte dos mecanismos de hereditariedade, bem como da ginástica funcional e da alimentação.

Em “O gado indiano no Brasil – Historiografia, Exterior, reprodução, criação, melhoramento” (Domingues 1966), o autor instruía criadores sobre os métodos de reprodução de bovinos (*inbreeding*, cruzamentos e hibridação), produzindo, assim, um diagnóstico sobre o melhoramento animal no Brasil. Afirmava que aqui primeiro se deu a proliferação de *mestiços*, de raças nativas provenientes de acasalamentos não-dirigidos entre espécimes *Bos taurus ibéricos* trazidos durante a colônia. Estes, Curraleiros ou Pés-Duros, defendia Domingues, eram vitoriosos nas regiões tropicais. Mas neste processo de adaptação, o metabolismo destes espécimes ficava lento. Ao reduzir suas despesas orgânicas, prosseguiu Domingues, cresciam parcamente, tal desenvolvimento metabólico gerava espécimes de pequeno porte e volume.

Octávio Domingues não era contra o uso de *mestiços*, e por isso o elogio em suas publicações aos Pés-Duros e Curraleiros, raças que ele classificava como *nacionais*. Mas estas, *heterogêneas*, eram *sem sangue*. Afirmava que se o objetivo da seleção fosse melhorar os animais para fornecerem carne ou leite, os *mestiços* poderiam oferecer o mesmo grau de possibilidades para melhorar sua descendência, pelo menos na transmissão de caracteres econômicos. Mas se o intuito da seleção fosse produzir *raçadores*, espécimes de elite, *mestiços* não deveriam ser utilizados na reprodução. Somente os *mestiços identificados* (como era o Indubrasil ou, mais recentemente, o Pé-Duro) bem pintados, com boas orelhas, bons chifres e pelagens bem caracterizadas.

No período em que Domingues defendeu seus estudos, sem exames de DNA ou conhecimentos da genômica, não havia possibilidade de determinar *pureza genética*. O que criadores e zootecnistas faziam, ao *racear* rebanhos, era desenvolver um conjunto de animais com características fenotípicas e adaptativas semelhantes. Além disso, a possibilidade de melhoramento dos bovinos, segundo o autor, era fundamentalmente determinada pelo fator clima e daí o êxito do Zebu no Brasil, mas também, do Pé-Duro. Estes animais exerciam no país a forma mais bem-acabada da adaptação: *a naturalização*.

Os Pés-Duros

Foi só muito recentemente, no ano de 2012, que os Pés-Duros foram reconhecidos com uma raça bovina nacional. E, justamente, através da difusão de um documento. O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento publicou uma portaria autorizando a Associação Brasileira dos Criadores de Curraleiro/Pé-Duro (ABCPD), com sede em Teresina, a emitir outros documentos: certificados de registros genealógicos.

Desde pelo menos a década de 80 do século XX, quando o Brasil se tornou o maior exportador de carne bovina do planeta, os pés-duros estavam praticamente extintos. De maneira alguma isso poderia ser considerado uma afronta às demandas do mercado da carne, o qual aposta, e segue apostando, no gado zebu. Mas, de outro ponto de vista inviabilizava os princípios da segurança alimentar, pauta que emergiu ainda na década de 70 pelo estímulo da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) em fomentar em países em desenvolvimento, como o Brasil, a alta variabilidade genética e estratégias de preservação de espécimes *locais*.

A Embrapa funda, então, o Cenargem (Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia). Por meio da instalação de núcleos de conservação *in situ* nos ambientes originais em que se desenvolveram espécimes considerados *nacionais* e pela

preservação de seu material genético, o germoplasma, em núcleos de conservação *ex situ*, passa assim, a identificar e caracterizar animais, como os pés-duros, ameaçados de extinção.

Em uma publicação financiada pela Embrapa, de título “Animais do Descobrimento. Raças Domésticas da História do Brasil, o pesquisador André da Silva Mariante (2006) defende a importância do projeto que não apenas se propõe a resguardar sêmen ou embriões de animais *locais*, como a estimular populações locais a selecionarem estes tipos em detrimento de raças *exóticas*:

Devido a uma crescente demanda por alimentos de origem animal, principalmente em países em desenvolvimento onde o crescimento populacional é muito maior do que nos países desenvolvidos, diversos países têm estabelecido programas de melhoramento, que, inevitavelmente, conduzem a uma diluição genética do germoplasma ‘local’, por meio do uso intensivo de cruzamento com animais de raças exóticas. Muitos desses programas falharam, uma vez que os animais produzidos apresentam índices produzidos menores do que os apresentados por animais de raças ‘locais’. Esse fato fez com que um número considerável de criadores, ao estabelecer seus sistemas de produção, passasse a dar merecida importância as raças ‘locais’, pela sua adaptação ao ambiente, em grande parte hostil, da região tropical. (Mariante 2006: 210)

Atentos à iminente possibilidade de extinção dos pés-duros, mas, sobretudo, às demandas de um mercado verde ou orgânico, de baixo impacto ambiental e condizente com as pautas da segurança alimentar, os pesquisadores da Embrapa do Piauí passaram a procurar nos rebanhos locais, majoritariamente *azebuados*, espécimes pés-duros para realizar sua preservação e seleção dirigida em um núcleo de conservação *in situ*, uma fazenda-experimental localizada em São João do Piauí.

Não casualmente esta fazenda-experimental tenha a alcunha de Octávio Domingues. É em boa medida pelo enunciado zootécnico da *naturalização* que a raça dos Pés-Duros vem sendo produzida e enunciada em manuais e outros documentos zootécnicos. Não obstante, recorrendo a Domingues, que anunciava ainda naquela primeira metade do século XX a iminente possibilidade de extinção destes tipos e a necessidade de produzi-los e reconhecê-los enquanto uma raça zootécnica.

Em um documento técnico publicado no início dos anos 2000, José Herculano de

Carvalho, o pesquisador da Embrapa que deu início na década de 80 aos trabalhos de seleção dirigida no núcleo de conservação *in situ* de São João do Piauí, justifica a necessidade do reconhecimento da raça pelo Ministério da Agricultura ao recorrer, precisamente, a enunciados produzidos por Domingues na década de 50:

Em janeiro de 1954, o Prof. Octavio Domingues, ao abrir os trabalhos de uma comissão formada para planejar a conservação e a seleção das raças nativas de gado do Nordeste, pronunciou essas palavras lapidares (Domingues et al. 1956).

“As raças nativas de gado de uma região constituem uma forma de expressão do povo que a habita. Permitir seu desaparecimento seria o mesmo que permitir a destruição dos marcos físicos de sua civilização. Uma raça nativa de gado é um monumento tão necessário a ser preservado como qualquer monumento histórico, que identifique, caracterize ou de relevo a uma tradição querida”.

E acrescentou mais adiante, referindo-se a esses animais:

“Até aqui não foram submetidos a nenhum melhoramento genético, nem por força da melhoria do meio. Mas se os submetemos a um trabalho de melhoramento zootécnico, muitos deles poderão revelar o que valem como riqueza pecuária”. (Carvalho et al. 2001: 12)

Pecuaristas nordestinos, em boa medida, foram coadjuvantes naquela disputa de início de século pelo gado mais adequado a abastecer as demandas de carne congelada europeia. Se durante a colonização as práticas ultraextensivas de criação que culminaram no desenvolvimento do gado Pé-Duro – sem cercas, manejo alimentar ou seleções dirigidas – foram fundamentais para a ocupação dos sertões e, geraram ciclos econômicos de vulto como do couro-, no início do século XX eram consideradas *atrasadas e selvagens* diante das demandas e das tecnologias da nascente indústria frigorífica e da moderna ciência zootécnica nacional, tal como diagnosticou o zootecnista Fernandes e Silva nos anais do III Congresso Nacional de Agricultura realizado em 1927 ao descrever as tecnologias de melhoramento de bovinos empregadas no sertão do Piauí:

A criação de gado bovino no Piauí vem sendo feita hoje pelos mesmos processos adotados nos tempos coloniais. Os fazendeiros, em sua maioria, são homens de posição social que vivem nas cidades mais importantes do interior ou na capital do Estado. Quando visitam suas propriedades o fazem raramente, uma vez por ano, aí de-

moram poucos dias e, quase sempre, não procuram conhecer a situação em que elas se encontram. Somente os pequenos criadores residem definitivamente em suas fazendas

Os rebanhos multiplicam-se, crescem a lei da natureza, de mistura com os dos vizinhos proprietários, na mais condenável promiscuidade e às vezes, só reconhecidos pela marca de ferro que trazem no quarto. A principal função do vaqueiro é correr no campo, o que faz diariamente no inverno, para ver o estado das vacas amojadas, recolher quando não as curam pelo rastro, marcar e carimbar a bezerrame nova, tirar o leite das vacas paridas, etc. Alguns fazem pequenas roças, cuja produção se alimentam durante o ano. Uma ou duas vezes por ano tem lugar as vaquejadas, quase sempre nos meses de janeiro e julho. É este o tempo mais feliz da fazenda e o mais divertido para o vaqueiro e todos os mais que aí vivem na labuta do gado. Nestes meses, mais ou menos, fazem também a vaquejada do gado grande, a fim de retirar os que se destinam a feira ou a venda. (Fernandes e Silva 1927:22-27)

No caso destes emergentes saberes zootécnicos brasileiros, o pensamento raciaalista, branqueador, era uma questão de controle tanto de populações bovinas não-europeias – fossem elas as indianas importadas ao Brasil ou as *mestiças* desenvolvidas nos sertões a partir de acasalamentos não-dirigidos –, quanto das humanas, conforme evidencia o diagnóstico de um contemporâneo de Cotrim, Fernando Ruffier, em um manual zootécnico de 1918. Nas recomendações técnicas de manejo e seleção feitas pelo zootecnista, estavam implícitas críticas aos recursos humanos das fazendas nordestinas: os vaqueiros. Estes descendentes de escravos, segundo Ruffier, eram supersticiosos, preguiçosos e pouco instruídos.

Nosso fazendeiro em geral é pouco dedicado á vida rural. Tem uma fazenda (ou várias), mas só para o fim de tirar uma renda que lhe permita viver na cidade. Interessando-o superficialmente pelo que passa em seus domínios, entrega tudo a um capataz ou administrador que elle supõe entendido, mas que geralmente é de classe inferior, pouco instruído, não raras vezes analfabeto e imbuído das piores noções empíricas e supersticiosas, derivadas do fetichismo africano. É esse o instrumento do nosso progresso zootécnico, tendo esse fim debaixo das ordens de alguns peões ignorantes e meia dúzia de moleques, cujo principal esforço é o de cavalgar os terreiros que vem para o retiro. Lasso, submissão, *sympathia* e benção, assim estão os requisitos de nosso pessoal para todas necessidades da fazenda de criar [...] E não há peste, praga, doença do gado,

não há vacca atolada, não há bezerro recém-nascido e precisando de cuidados, que impeçam nossos camaradas de largar tudo para a “festa” na aldeia vizinha ou ao baile da lendária encruzilhada, de onde elle voltará com uma boa dose de caninha e incapaz de trabalhar durante outras 24 horas. Estando bem disposto, gosta de sentar no encosto a uma parede e de tirar tentos de lonca ou de laçar um chicote, aliás inútil. Se o patrão lh’o pedir, condescerá em “dar uma volta na criação”, levando dias para buscar e ensilhar seu cavalo e voltando sempre com a grata notícia de que “está muito bom”. Até que um bello dia, o dono de passeio, encontre algumas rezes mortas e peça explicações e o “camarada” ofendido na sua dignidade, deixa, sem buz nem cruz, fazenda tão ruim e o patrão impertinente (Ruffier 1918: 42)

Interessante notar que passados quase cem anos da produção destes documentos, não coincidentemente no século em que o gado zebu ascende no Brasil, as tecnologias de criação ultraextensivas e a *expertise* desses vaqueiros – suas habilidades com laços, marcação, identificação e pega dos bois na caatinga – vêm sendo valorizadas como fundamentais para o desenvolvimento das vantagens zootécnicas dos Pés-Duros. Sem considerar as grandes forças geopolíticas e econômicas dos sertões nordestinos e tratando o Piauí como uma *sociedade pastoril* desde os seus primeiros tempos, essa tradição pecuária foi utilizada como uma das justificativas para tornar os Pés-Duros, no ano de 2009, um patrimônio histórico, cultural e genético do Piauí.

O Processo de Declaração de Relevante Interesse Cultural da Raça de Gado Pé-Duro do Estado do Piauí publicado pela Coordenação de Registro e Conservação da Fundação Cultural daquele estado - um passo fundamental, segundo zootecnistas e criadores, para o reconhecimento da raça - reforça a importância do ‘saber-fazer’ das práticas agropecuárias *rústicas* dos sertanejos que tornaram esse gado como tal. Em uma publicação que conta a história do Pé-Duro e parte do processo de seu reconhecimento e patrimonialização com uma raça, o zootecnista Geraldo Magela de Carvalho (2016) afirma:

O curraleiro pé-duro sempre foi sucesso em feiras agropecuárias, companhias de rodeios e em circos de touradas pelo Brasil afora. Ainda é cantado em músicas de ninar o boi da cara preta, o boi do Piauí. Está no sangue de nossas veias e de nossas raízes. Entretanto, os apelos cultural e histórico de nossos animais domésticos não foram suficientes para evitar a sua substituição por animais exóticos mais produtivos, porém insustentáveis ecologicamente. (Carvalho 2016: 17)

A pauta da tradição, indissociável da ideia de biodiversidade e desenvolvimento sustentável, tornou-se imprescindível para a zootecnia do século XXI: raça, talvez nunca antes de maneira tão explícita, tornou-se indissociável da cultura. Não obstante, estimulou pesquisadores da Embrapa e criadores piauienses a se articularem com gestores culturais a fim de tornar o gado Pé-Duro um patrimônio do estado.

Se o zebu naturalizou-se ao clima e ao ambiente brasileiro, tendo indubitavelmente incrementado a moderna indústria pecuária nacional, atualmente não é considerado ecologicamente sustentável ou suficientemente *nativo* por pesquisadores e criadores dedicados à seleção de gado Pé-Duro. Os zebus, segundo técnicos da Embrapa, são inegavelmente robustos e produtivos, mas necessitam de muito pasto para sobreviver.

Os pés-duros, por sua vez, consomem menos alimentos e resistem a longos períodos de estiagem. Por serem menores e ainda mais rústicos e adaptados, podem se alimentar da vegetação da caatinga. Funcionam como um modelo genético, reprodutivo e ambiental para o cenário contemporâneo de aquecimento global, tal qual enuncia o recém-publicado manual zootécnico “Curraleiro-Pé-Duro. Germoplasma Estratégico do Brasil” (2016):

Em um cenário de aquecimento global, as atuais regiões tropicais serão as fornecedoras de recursos genéticos para as novas regiões de clima quente. Portanto, facilmente se justifica a conservação da fauna e da flora endêmica ou adaptada depois de séculos de pressão ambiental. (Carvalho 2016: 44)

Todos esses enunciados – os da tradição, da cultura, do desenvolvimento sustentável ou mesmo do aquecimento global – quando tomados isoladamente, não foram suficientes para tornar estes bovinos uma raça zootécnica. Se em meados do século XX, tal qual afirmou Octávio Domingues, a necessidade de *naturalização* de espécimes importados ao Brasil foi decisiva para a consolidação de uma Zootecnia Brasileira, Tropical, indissociável conforme mostrei neste artigo, da consolidação do gado zebu, no século XXI os saberes da genética, que Domingues considerava atuarem no campo das *generalidades*, trouxeram outras ferramentas que asseguram a pureza racial. E esta aliança entre tradição, cultura, genética, *naturalização*, desenvolvimento sustentável gerou alguns efeitos no controverso processo de *raceamento* dos pés-duros.

Os rebanhos dos sertões piauienses até muito recentemente eram considerados *mestiços*. Como já afirmei, desenvolveram-se a partir de acasalamentos não-dirigidos en-

tre raças da Península Ibérica que chegaram ao país ainda durante a colonização. A seleção natural, segundo zootecnistas, e não a artificial, teria assegurado suas vantagens zootécnicas dos pés-duros ao longo dos séculos. E não só estavam, desde meados do século XX, demasiadamente *azebuados*, como em razão dessas sucessivas misturas, não tinham um padrão corpóreo exatamente homogêneo. Eles vinham se tornando cada vez mais *mestiços*.

Com vistas a provar a pureza racial dos pés-duros, através da análise de material genético de animais que habitavam a Fazenda Octávio Domingues, um pesquisador da Embrapa passou a realizar pesquisas com marcadores moleculares. Pela análise comparativa do DNA destes espécimes com o de outros bovinos conseguiu provar seu tronco racial original: indubitavelmente eram descendentes diretos dos Auroques Ibéricos.

A genômica, no entanto, não resolveu um problema: o fenótipo. Como *racear* espécimes, como os pés-duros, bastantes distintos em seus corpos e colorações? A genética, certamente, assegurou uma origem étnica e a recorrência de um conjunto de atributos que não eram vistos a olho nu (a tendência a produzir o mesmo marmoreio em sua carne e a resistir às mesmas doenças ou parasitas, por exemplo), mas não exatamente critérios fenotípicos ou estéticos precisos.

Daí a necessidade de antigas tecnologias de melhoramento e seleção de rebanhos. Será principalmente pela organização de linhagens e pedigrees de espécimes baixos, sem cupins, e, sobretudo, escuros (marrons ou pretos) pela ABCPD - Associação de Criadores de Gado Curraleiro Pé-Duro do Piauí - (ou seja, sem todas aquelas características que fazem a pureza do zebu), o que garantirá a manutenção, ao longo das gerações, de um conjunto de caracteres enunciadores de sua distinção e pureza.

Criadores de pé-duro ficaram muito esperançosos com a possibilidade de organização de genealogias. Uma ata publicada em 2014 pela ABCPD que convocava seus associados a realizarem os primeiros registros genealógicos de seus animais, enunciava a centralidade dos pedigrees para evidenciar as vantagens zootécnicas dos pés-duros na pecuária nacional:

A Superintendência do Registro Genealógico dos Bovinos Curraleiro Pé-Duro já deu início aos procedimentos de registro de animais da raça. Portanto, o criador que desejar registrar seus animais já pode procurar a Superintendência, via ABCPD [...] Está sendo feita a programação de um evento festivo para comemorar o início destes registros genealógicos, a ser realizado na Embrapa Meio Norte, empresa que deu início em décadas passadas ao programa de con-

servação da raça na fazenda Octavio Domingues, localizada em pleno semiárido nordestino, em São João do Piauí, iniciativa do Dr. José Herculano de Carvalho que esteve à frente dos trabalhos por muitos anos até aposentar-se. Após sua aposentadoria, a empresa, meritoriamente, manteve o programa, apesar de todas as dificuldades, sendo hoje uma referência mundial em programas de conservação. Sem as ações desenvolvidas por ela, não seríamos o que somos hoje. Vários curadores da raça sucederam o Dr. Herculano: Drs. Monteiro, Geraldo Magela, Marcos Jacob, Anísio. Atualmente, o Curador Dr. Geraldo Magela seleciona os animais que participarão do evento festivo na merecida homenagem ao trabalho da Embrapa. Em reunião com o atual Chefe-Geral, Dr. Luís Fernando, a diretoria da ABCPD teve a grata satisfação de saber que a raça continuará sendo uma das prioridades de sua administração, o que nos anima, por sabermos que poderemos continuar a contar com seus importantes trabalhos, a fim de que o Curraleiro Pé-Duro esteja em breve sendo destaque no panorama da pecuária brasileira (ABCPD, Ata de 25 de agosto de 2014: sp).

Cabe uma comparação dos recentes processos de produção da raça dos Pés-Duros descritos neste artigo com o *raceamento* do zebu. E não apenas porque o processo de produção destas raças compartilha um certo elogio à *naturalização* (é um pouco sobre isso que trata a Zootecnia Tropical de Domingues, que ajudou a produzir tanto as qualidades zootécnicas dos zebus, quanto dos Pés-Duros) ou mesmo porque a seleção destes espécimes implica em técnicas de melhoramento semelhantes e requerem, para o reconhecimento de suas importâncias econômicas, que seus selecionadores se organizem em associações, recebam apoio do Estado e publiquem genealogias.

Mas, fundamentalmente, porque o uso intensivo de zebus importados da Índia no Brasil culminou no *azebuamento* dos rebanhos *mestiços*, Pés-Duros. E as estratégias recentes de criadores, mas também da Embrapa, para *racear* os Pés-Duros implicam em, de algum modo, 'desazebuar' rebanhos.

São processos reversos, mas complementares: a partir da década de 40 do século XX, os Pés-Duros foram *azebuados* por serem considerados pequenos e não-selecionados, *sem raça*, desenvolvidos por métodos de seleção *atrasadas e selvagens* que não condiziam com os pressupostos da moderna e nascente zootecnia nacional. Portanto, eram inaptos a abastecer a emergente indústria de carnes congeladas. Assim, valorizou-se a pureza e as vantagens zootécnicas dos zebus, um bovino de origem ancestral identificada, que ao avançar e se *naturalizar* pelos sertões brasileiros engendrou a indústria frigorífica nacional de grande escala.

Ao passo que agora, no século XXI, criadores de Pés-Duros ressaltam a importância da tradição, da cultura, dos saberes sertanejos, do desenvolvimento sustentável e da segurança alimentar a fim de fazer a raça de seus animais, não obstante, recorrendo a uma comparação com o zebu, considerado, igualmente, *naturalizado*, mas exógeno e prejudicial ao meio ambiente.

Considerações finais

Processos de produção de raças zootécnicas, tal como as estratégias de *azebuamento* ou de "desazebuamento" sugerem, não se realizam exclusivamente por meio do controle da transmissão de caracteres hereditários pela reprodução, mas com auxílio de outros enunciados – da economia, da política, da tradição – que, como os da genética ou da biologia, também produzem os atributos de um determinado tipo e, não obstante, aparecem conjuntamente em manuais e outros documentos zootécnicos.

O gado zebu, que contemporaneamente é maioria nos rebanhos brasileiro, já foi considerado *exótico, indômito, de carne dura e fétida* e, portanto, inapto a abastecer a indústria frigorífica que emergia no Brasil e no mundo no início do século XX. Foi por uma certa convergência de interesses entre Estado e seus criadores, indissociável da produção de saberes políticos em mais de um sentido, que afinavam as qualidades zootécnicas destes tipos com um certo discurso racialista da década de 30, que esses espécimes se tornaram *o esteio* da economia nacional.

Por sua vez, os enunciados contemporâneos que criadores e pesquisadores acionam para produzir as qualidades zootécnicas dos espécimes Pés-Duros, fundamentados pela pauta da tradição, mas também pela genética e segurança alimentar, certamente atualizam a percepção dos saberes zootécnicos de metade de século sobre o elogio aos trópicos e ao bandeirantismo que, não obstante, contribuíram para consolidar a Zootecnia Tropical e tornar os zebrus um modelo para a indústria da carne mundial.

De outro ponto de vista, seguem fundamentados por assertivas igualmente nacionalistas, que por outros vieses, estratégias e atores, alinhamos Pés-Duros com demandas de um mercado verde, sustentável, e, quiçá com um novo projeto de nação e trópicos.

O fato é que o boi, bem como os conhecimentos da Zootecnia relacionados a ele e publicados em uma miríade de papéis, desde pelo menos o início do século XX, são parte de um projeto político e econômico brasileiro em constante desenvolvimento e repleto de assimetrias e contradições. Os enunciados zootécnicos presentes nos manuais, artigos, documentos técnicos e portarias trazidos neste artigo evidenciam aspectos deste projeto,

que por meio de um conjunto de discursos, práticas e enunciados, atualizados sem cessar, fazem raças, mas também saberes, políticas e mercados.

Referências

ABREU, João Capistrano de. 1988. *Capítulos de História Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp.

BARBOSA, Vanessa Virgínia. 2014. *Conservação da raça Curraleiro Pé-duro no nordeste brasileiro: Características de produção e perfil do criador*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas, Universidade Estadual da Paraíba.

BENZAQUEN, Ricardo. 1994. *Guerra e Paz - Casa-Grande & Senzala e A Obra de Gilberto Freyre Nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34.

BITTAR, Marisa. 1999. *Geopolítica e separatismo*. Campo Grande: Ed. UFMS.

BORGES, Oswaldo Affonso. 1956. *O zebu do Brasil. Como conhecê-lo, como melhorá-lo. Uberaba*: S. Ed.

CARVALHO, Geraldo Magela. 2016. *Curraleiro, Pé-Duro. Germoplasma Estratégico do Brasil*. Brasília – DF: Embrapa.

CARVALHO, José Herculano et al. 2001. *Conservação do bovino pé-duro e curraleiro: situação atual*. Teresina: Embrapa Meio-Norte 2001.

CASTELO BRANCO, Renato. 1970. *O Piauí, a terra, o homem, o meio*. São Paulo: Quatro Artes.

COTRIM, Eduardo. 1913. *A Fazenda Moderna*. Bruxellas: Typographa V. Verteneuil & L. Desment.

CUNHA, Olívia Maria Gomes 1999. “Sua alma em sua palma: identificando a raça, inventando a Nação”. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo, 60 anos*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. pp. 121-145

DARWIN, Charles. 2002 [1859]. *Origem das espécies*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia.

DOMINGUES, Octávio. 1942. *Síntese de um plano de estudos zootécnicos no Nordeste*. In: À margem da zootecnia (Estudos & Ensaios). Rio de Janeiro: Coleção Brasileira de Zootecnia, Alba.

__. 1931. *Uma escala de julgamento de reprodutores da raça Caracu*. Piracicaba: S. Ed.

__. 1961. *O gado nos trópicos*. Rio de Janeiro: Instituto de Zootecnia, Projeto ETA n.27 (Série Monografias, 4).

__. 1966. *O gado indiano no Brasil. Historiografia, exterior, reprodução, criação, melhoramento*. Rio de Janeiro: Sunab.

ESTERCI, Neide. 2013. “As Bandeiras: modelo de democracia para o Estado Novo”. In:

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua Marin; NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Ediufsm, pp. 29-39.

FERNANDES e SILVA, R. 1924. *A indústria pecuária piauiense*. Teresina: S. Ed.

- FERREIRA, Walter Motta. 2012. "Construindo competências no ensino de zootecnia". In: ALMEIDA JR, Gercílio Alves et al (Orgs). O profissional de zootecnia no século XXI. Alegre, ES: CAUFES. Pp 7-21
- FIORAVANTI, Maria Clorinda Soares et al.. 2011. "Evolução de um rebanho de bovino Curraleiro reintroduzido em cerrado nativo na região norte do Estado de Goiás Brasil". In: Actas Iberoamericanas de Conservacion Animal, Córdoba.
- FREYRE, Gilberto. [1947] 2011. [1959] 2007. São Paulo: Global.
- FURTADO, Celso. [1959] 2007. *A Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GODOY, Teóphilo de. 1889. *Do Brasil à Índia*. Cópia em Xerox. Publicado originalmente no Jornal O Araguari.
- LACERDA, José. Baptista de. 1911. "Sur le métis au Brésil". In: Premier Congrès Universel des Races, Paris.
- LATOUR, Bruno. 2003. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- LEAL, Natacha Simeí. 2014. *Nome aos bois. Zebus e zebuzeiros em uma pecuária bovina de elite*. Tese de Doutorado. PPGAS, Universidade de São Paulo.
- MARIANTE, Arthur da Silva.; CAVALCANTE, Neusa. 2006. *Animais do descobrimento. Raças domésticas da história do Brasil*. Brasília, DF: Embrapa.
- MEDRADO, Joana. 2013 *Do pastoreio à Pecuária. A invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central*. Tese de Doutorado, PPGH, Universidade Federal Fluminense.
- MENEZES, Durval de.1937. *O Indubrasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Diretoria de Estatística de Produção.
- MOTT, Luiz. 1976. "Fazendas de gado do Piauí: 1697-1762". In: VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo.
- OLVER, Arthur. 1938. *A Brief Survey of some of the Importance Breeds of Cattle in India*. New Delhi: Government of India Press.
- PRADO JR. Caio [1941] 2010. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PEIXOTO, Aristeu Mendes. *História da Sociedade Brasileira de Zootecnia*. Piracicaba: SBZ.
- PEREIRA, Eliane Manso. 1997. "O Estado Novo e a Marcha para o Oeste". *História Revista*, 2 (1): 113-129.
- RICARDO, Cassiano. 1942. "Marcha para o Oeste. A influência da bandeira na formação social e política no Brasil". In: SOUZA, Octavio (org.). *Coleção Documentos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria José Olympio.
- RIBEIRO, Ricardo. Ferreira. 2012. "O BOI, O CAPIM E A CERCA. História ambiental da pecuária no Sertão Mineiro". In: V. Encontro das Redes de Estudos Rurais, Belém – PA.
- RUFFIER, Fernando. 1918. *Manual prático de criação de gado no Brazyl*. São Paulo: Empresa editora de Chácaras Orientais.
- SEYFERTH, Giralda. 1999. "Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo". In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da

Fundação Getúlio Vargas., pp. 199-228.

___. "Colonização, imigração e a questão racial no Brasil". 2002. *Revista USP*, 53: 117-149.

SILVA, Alexandre. Barbosa da. 1947 *O Zebu da Índia e no Brasil*. Rio de Janeiro: S. Ed.

WEISS, André. 1956. *Os grandes reprodutores indianos no Brasil*. Uberaba: S. Ed.

Recebido em 06 de julho de 2017.

Aceito em 30 de novembro de 2017.